



**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO**

**ALOCUÇÃO**

**DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO,  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA  
DA CONFERÊNCIA CONJUNTA DO ICAPP-CAPDI  
SOBRE PAZ E RECONCILIAÇÃO NA ÁSIA**

25 de Abril de 2012

Díli

Sua Excelência Presidente da República eleito, Taur Matan Ruak

Sua Excelência Jose de Venecia, Presidente Fundador da ICAPP e CAPDI

Sua Excelência Sok An, Vice Primeiro-Ministro do Camboja, Vice Presidente do CAPDI E Membro da Comissão Permanente do ICAPP

Sua Excelência Chung Eui-young, Co-Presidente da Comissão Permanente e Secretário-Geral da ICAPP

Excelências,  
Chefes de Delegação e Ilustres Oradores  
Membros do Corpo Diplomático  
Distintos Deputados  
Colegas do Governo

Caros Representantes da Sociedade Civil e Agências Internacionais

Senhoras e Senhores  
Caros amigos,

Antes de tudo, em nome pessoal e do Governo, quero apresentar a todos os participantes os nossos sentimentos de gratidão por terem escolhido Timor-Leste como o país anfitrião para um tão importante tema do mundo moderno: a paz e a reconciliação!

Tendo findado, há uma semana, um ciclo eleitoral de duas voltas para Presidente da República, as quais decorreram num clima de observância das regras democráticas, o nosso povo apresenta a todos vós, que viestes de vários países, as saudações de boas-vindas!

É com grande satisfação que Timor-Leste participa na organização desta Conferência Conjunta da ICAPP-CAPDI sobre Paz e Reconciliação na Ásia.

Estamos todos aqui à busca de qualquer coisa, estamos todos aqui a tentar examinar as necessidades dos tempos de hoje e a tentar encontrar o nosso verdadeiro papel nesta época de grandes desafios.

Excelências

Para Timor-Leste, que celebra este ano o 10º Aniversário da Independência, este momento é histórico.

Permitam-me agora passar a elaborar o que o povo timorense experienciou. Muita coisa foi dita e escrita sobre a nossa luta pela auto-determinação e independência.

A partir de 1975 e pela natureza única da nossa guerra, uma meia-ilha isolada sem apoio logístico do exterior, havia a necessidade extrema de unir os timorenses, que estavam divididos por

uma guerra civil, antes da invasão indonésia. E foi este esforço colossal do próprio povo que permitiu a si mesmo a capacidade de reconciliar e perdoar.

Neste processo, procedeu-se à conquista dos indecisos, garantiu-se a recuperação dos pró-integracionistas, que trabalhavam na administração indonésia ou que faziam parte dos grupos paramilitares e militares estabelecidos pelas autoridades ocupantes. Reconciliar e perdoar, em torno de um objectivo mais alto – a independência.

Pelas consequências da guerra, para mais demasiado prolongada para o nosso tamanho e para os nossos meios, o povo timorense foi alimentando o anseio de viver em paz. E a paz não significava apenas o fim da guerra.

Veio o *Referendum* em Agosto de 1999, pondo fim à guerra de ocupação mas provocando mais mortes e destruição.

Não houve um único timorense que não carregasse consigo pelo menos uma experiência traumática. Havia muitas feridas abertas e ressentimentos muito difíceis de ultrapassar. No entanto, a grandiosidade de carácter do nosso Povo está na sua capacidade de tolerância e anseio profundo por viver em harmonia.

Para o povo timorense, a paz significava sobretudo viver conciliado consigo mesmo, na mente e no espírito. Viver em paz significava viver sem a angústia do ódio, sem a necessidade da vingança, sem desconfiança. Significava viver reconciliado com os nossos inimigos e, principalmente, connosco mesmos, individual e colectivamente.

O carácter do Povo timorense foi forjado nesta vontade de viver em paz.

Excelências  
Senhoras e Senhores

Foi por esta razão que os processos de reconciliação em Timor-Leste foram um sucesso. Percebemos, através das experiências de outros países em situação pós-conflito, que mantendo o ódio e a desconfiança no seio da nossa sociedade, não seria possível construir a Nação.

Estabelecemos a CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação) para poder encontrar a verdade sobre a violência entre os próprios timorenses, especialmente durante o período de guerra civil, e para conseguir lidar com essa verdade.

As reuniões de reconciliação entre os timorenses, havidas em 2000, ao longo da fronteira com a Indonésia, foram momentos verdadeiramente comoventes. Não só pela descrição e reconhecimento das atrocidades cometidas entre actores e vítimas mas, e sobretudo, pela capacidade de perdoar destas últimas. Como resultado disto, milhares de refugiados que tinham fugido para a Indonésia e que temiam a sua aceitação num Timor-Leste independente, voltaram e foram bem recebidos pelos seus irmãos.

E este foi o primeiro passo importante para construir a nossa Nação!

A nossa tradição ancestral de praticar a reconciliação, através do diálogo, valeu-nos neste processo crítico de reconstruir o país, que exige a participação de todos, que precisa de uma visão comum para o futuro.

Também com os nossos vizinhos indonésios, remetemos para o passado o que era passado e a reconciliação entre os nossos dois povos foi possível. As ofensas cometidas foram analisadas e com muita coragem, especialmente por parte das vítimas, tendo assim podido iniciar um processo de cooperação e amizade entre estes dois países que em muito tem contribuído para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Com o estabelecimento, em Bali, de uma Comissão da Verdade e Amizade, num esforço conjunto entre Timor-Leste e Indonésia, foi possível reforçar ainda mais esta amizade e contribuir para a paz na região do Sudeste Asiático. Acredito que a nossa história comum e os difíceis processos que sofremos e ultrapassámos, possam servir de exemplo na região e no mundo, enquanto baluarte da paz e reconciliação.

Neste momento, a Indonésia não representa só um vizinho próximo e solidário, mas também um exemplo de estabilidade, democracia e crescimento económico que Timor-Leste acompanha de perto e de qual toma boas referências.

Senhoras e Senhores

Contudo, os povos desenvolvem-se quando conseguem ultrapassar as suas próprias fraquezas.

E Timor-Leste não é uma excepção. Depois da euforia da liberdade e independência, Timor-Leste ficou amarrado numa teia de conflitos internos. Começando em Dezembro de 2002, Fevereiro de 2004, Março de 2006 e Fevereiro de 2008, parecíamos condenados a um ciclo vicioso de conflitos, em cada dois anos.

Foi preciso fazer uma introspecção e chegámos à conclusão de que falhámos na análise das verdadeiras causas dos problemas, aliado ainda à fragilidade das instituições do nosso Estado. Nós construámos o nosso Estado a partir do zero.

Quando o meu Governo tomou posse em Agosto de 2007, decidimos que a prioridade era proceder a reformas para reduzir as nossas fraquezas institucionais, restaurar a paz e assegurar, de novo, a reconciliação entre os timorenses.

É precisamente neste espírito de reconciliação e unidade que temos vindo a trabalhar no sentido de desenvolver a nossa Nação. E, em 2009, celebrando os dez anos da recuperação da nossa liberdade, lançámos a moto: ‘Adeus Conflito, Bemvindo Desenvolvimento’.

Sabemos também que sem crescimento económico, sem providenciar educação, saúde e condições de vida condignas ao nosso povo, a nossa missão de viver em paz nunca estará cumprida.

A miséria em que grande parte da população timorense ainda vive não traz, a nenhum timorense, a necessária paz de espírito. A nossa luta pela paz ainda não terminou, nem nunca

terminará enquanto houver pobres no nosso país, mas será significativamente mais fácil de vencer se trabalharmos todos em coesão e em prol do bem comum.

No processo de construção de um Estado e de uma Nação não há espaço para carpir ódios passados. A tarefa de construção tem que ser responsabilidade de todos, em diálogo e entendimento colectivo. Todos os órgãos de soberania, toda a sociedade civil, todos os cidadãos, têm que estar envolvidos neste processo e imbuídos deste espírito de edificação.

Por outro lado, na medida em que as condições sociais e económicas apresentam melhorias visíveis, também o empenho da sociedade aumenta. Acreditamos ainda que se a estabilidade e a segurança estiverem estabelecidas, os indicadores económicos e sociais serão mais satisfatórios.

Senhoras e Senhores

A humanidade vive uma época complexa, onde, por um lado, a ciência e a tecnologia deram um salto gigantesco produzindo efeitos catastróficos, em todo o globo, e por outro lado, a mentalidade e as actuações do ser humano a serem cada vez mais incontroláveis.

Particpei 4 vezes no Fórum da Democracia em Bali, uma iniciativa de grande alcance do meu grande amigo Dr. Susilo Bambang Yudhoyono, Presidente da República da Indonésia. Cada ano, mais países se juntam numa discussão franca dos problemas de cada um, do seu passado, do seu presente e do futuro que quer construir.

No passado mês de Março e pela segunda vez, participei também no Diálogo Internacional sobre Defesa, em Jacarta.

Enquanto em Bali, os valores universais da democracia são discutidos na sua ligação intrínseca com o desenvolvimento, em Jacarta, sob o ponto de vista de soberania e segurança dos Estados, levantei questões para além da preparação em reacção aos acontecimentos, colocando a necessidade de olharmos para as causas reais dos problemas do mundo.

O mundo vive tempos difíceis. Tornou-se comum hoje ouvirmos que o mundo está em mudanças. E as mudanças são da ordem de respeito pelos direitos humanos e pelo respeito pela liberdade de expressão.

Mas que mudanças efectivamente podemos considerar, neste início do novo milénio?

Alguns poucos de nós aqui, nesta Conferência, pertencemos à geração imediatamente após à II Guerra Mundial. Houve também, na segunda metade do século passado, uma mudança extraordinária no mapeamento global dos países, de territórios colonizados a países independentes, acabando mais ou menos definitivamente as guerras coloniais e o conseqüente extermínio da população indígena.

A guerra fria e inevitabilidade de controlo ideológico e económico dividiu o mundo em dois pólos, o socialismo e o capitalismo.

As super-potências esgrimiam-se em ameaças de destruição, enquanto defendiam e ajudavam as suas respectivas alianças. Vivia-se um clima de relativa estabilidade, em todo o mundo, apesar de alguns focos de conflito na luta pela liberdade.

Os novos países independentes eram abençoados pelos seus antigos colonizadores, se desfrutassem a licença de exploração das suas riquezas em troca de regimes déspotas, só para assegurar que o comunismo fosse banido.

Depois da reforma na antiga União Soviética, o que é que se deparou? Que o fim da guerra fria colocou uma nova equação aos círculos de poder das grandes decisões.

A comunidade internacional começou a brandir a bandeira dos direitos humanos, a bandeira da democracia, a bandeira da justiça punitiva.

Antigos aliados, déspotas e corruptos, começaram a ser depostos, de uma ou de outra forma, pelos seus xerifes. O mundo começava os primeiros passos de mudança, enquanto prevalecia a hipocrisia no xadrez político das influências e das decisões.

E esta hipocrisia política, nos bastidores do mundo ocidental, foi criando sentimentos de insatisfação, de rebelião, de confrontação, de ódio e de vingança, traduzidos em acções radicais e extremistas, a que conhecemos por terrorismo.

Deixou de haver espaço para diálogo, nunca se quis permitir tempo para ouvir e para falar. Hoje, alguns países tentam impor os seus interesses aos mais fracos, aos mais vulneráveis. Hoje, prevalece o sentimento de supremacia de valores, violados nos próprios países, mas que são impostos aos restantes. No Fórum da Democracia de Bali, a moto era de que ‘cada país tem a sua realidade própria, com os seus factores internos próprios’ e que não pode haver mais a política de ‘one size fits all’, que é altamente contraproducente. Deixemos os povos a decidirem pelas mudanças e ajudemo-los a fazer sem a escolha pela via da violência.

Hoje, quer-se estabelecer a paz com recurso à guerra, hoje quer-se impor democracia com recurso a conflitos, pondo de lado a facto de que um conflito armado só produz desunião dentro de um país, aumenta o sofrimento das pessoas e empurra-as à represália e à vingança.

Depois de 10 anos de guerra no Iraque, o que é que acontece? Uma auto-destruição por parte do povo iraquiano. O mesmo está a suceder no Afeganistão.

O ‘Arab Spring’ foi uma sucessiva fotocópia de eventos, onde os cidadãos de cada país foram empurrados a matarem-se. Incutiu-se nos povos árabes que o poder da televisão pode mudar tudo. E não é verdade! O medo, o ódio, o desejo à vingança, quer a nível pessoal quer a nível de grupos, vai prevalecer, enquanto não houver uma participação integral de todas as componentes da sociedade. O ‘Arab Spring’ começou na Tunísia e o clima de estabilidade condutiva às reformas que se querem alcançar só provam a maturidade política do povo tunisiano.

Senhoras e Senhores

Timor-Leste não está sozinho no seu desejo de reconciliação e paz.

Numa altura em que o crescimento económico da ASEAN, juntamente com o crescimento da China e da Índia e a solidez durável do Japão e da República da Coreia, fazem, deste século, o século da Ásia, assistimos, nesta região, a uma vontade inabalável de preservar a paz. Contudo, todos temos a percepção de que, nalgumas parcelas, também há o assumir de uma posição defensiva típica de quem se está a preparar para a guerra, fruto das ameaças reais do mundo de hoje e a que esta zona do Globo não está imune.

Sabemos que o desejo individual do ser humano, das sociedades e dos povos, é viver em paz, numa sociedade livre de opressão e onde os mais elementares direitos humanos sejam respeitados. O diálogo internacional e os actos multilaterais dos líderes mundiais têm que ser incansáveis para cumprir este desígnio.

Excelências  
Senhoras e senhores,

Antes de terminar gostaria de mencionar que Timor-Leste é co-chair do Diálogo Internacional sobre a ‘Construção da Paz e a Construção do Estado’, cujo primeiro encontro teve lugar em Díli, em 2010, e o segundo, em Monróvia, na Libéria, em 2011.

A par deste Diálogo Internacional, o fórum do ‘g7+’ é também um espaço de partilha de experiências dos Estados frágeis, um espaço de diálogo que tem permitido que este grupo seja ouvido, a uma só voz, pela Comunidade internacional, na tentativa conjunta de construir os Estados, construir as Democracias e construir a Paz.

Hoje, o Grupo alargou-se a 19 países, com uma população de mais de 350 milhões, desde a África, Ásia ao Pacífico. Das Caraíbas, já recebemos a intenção de Haiti de participar e a proposta de realizarmos uma Conferência naquela ilha.

Para Timor-Leste, a liderança e a institucionalização do ‘g7+’, enquanto fórum permanente, é um processo que encaramos com responsabilidade e orgulho. Enquanto pequena e jovem Nação, poder participar na consolidação deste grupo e dar voz a Estados que, de forma individual, não seriam ouvidos, é dar expressão à vontade de paz no mundo e à democracia. É neste sentido, que em Novembro do ano transacto, o grupo levou a Busan um documento muito importante, a que demos o nome de ‘New Deal’, e que está a ser considerado nas Nações Unidas, na posse do próprio Secretário-Geral.

E, senhoras e senhores, nunca nos poderemos esquecer das nossas responsabilidades perante a consolidação da paz no mundo, sobretudo Timor-Leste que foi receptor da Ajuda Internacional na construção de um Estado democrático e pluralista, o qual tem permitido que a sociedade viva em paz e em liberdade.

Nunca nos podemos esquecer que, enquanto estamos aqui a proferir palestras sobre a paz e a reconciliação, existem, em várias partes do mundo, vidas que se perdem na guerra e na violência de povos que não foram tão afortunados quantos os nossos aqui presentes.

É com profunda tristeza que acompanhamos a situação na Guiné-Bissau, um membro da ‘g7+’. O grupo tinha concordado em realizar uma Conferência naquele país, irmão e amigo, no próximo dia 24 de Maio e que infelizmente teve que ser cancelado.

É também com profunda apreensão que acompanhamos o desenrolar do conflito entre o Sudão e Sudão do Sul, este último também membro da 'g7+'.

É premente que deste encontro surjam conclusões que possam ser aproveitadas pela Comunidade das Nações na procura de respostas para os conflitos que separam os indivíduos, no interior dos seus próprios países.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão  
25 de Abril de 2012